



V SEMINÁRIO
NACIONAL DE
PESQUISAS E
PRÁTICAS NA
EDUCAÇÃO

O EXERCÍCIO DA ALTERIDADE NO ESPAÇO ESCOLAR¹

Eixo Temático: Educação Inclusiva e Diversidade.

Heloísa Ribeiro Soares¹
Ligiane Aparecida da
Silva²

Resumo

Este artigo tem como objetivo promover uma reflexão sobre o exercício da alteridade no espaço escolar e sua relevância para o processo de ensino-aprendizagem das crianças, que compartilham entre si as suas individualidades. A pesquisa se justifica pela emergência de práticas que valorizem efetivamente a singularidade do indivíduo no espaço escolar, em consonância com as bases teóricas humanizadoras presentes no discurso dos profissionais da educação. A metodologia utilizada é bibliográfica, desenvolvida a partir de referencial teórico contemporâneo sobre a temática discutida. Os textos que subsidiam a discussão abordam temas como individualidade, cultura e sociedade, alteridade e função social da escola. Na sua estrutura, o trabalho tem início com a apresentação de um conceito de alteridade, seguido de tópico sobre a criança “como um não” para, por fim, discorrer sobre a alteridade no espaço escolar. Concluímos que a alteridade, além de contribuir para a aprendizagem e o desenvolvimento da criança no espaço escolar, em todos os seus aspectos (cognitivo, físico, afetivo, social, emocional), se faz necessária para a construção de um espaço cultural que acolha a diversidade como premissa para o crescimento de todos os sujeitos que convivem e constroem a escola em suas relações cotidianas, a partir da prática da tolerância e do acolhimento.

Palavras-chave: Alteridade. Espaço escolar. Diversidade.

Introdução

Neste texto, o conceito de alteridade foi definido segundo estudos desenvolvidos por Pavei (2005), que a define como um exercício constante de tolerância, sem submissão ou mera demonstração de generosidade, mas enquanto uma prática contínua de respeito ao outro, tanto à sua cultura quanto aos seus direitos, passível de ser experimentada em todo o percurso de nossa trajetória de vida, na qual experienciamos vivências de aprendizagem nos mais variados espaços.

O objetivo é a promoção de um diálogo reflexivo, que busque entender a relação entre

¹ SOARES, Heloisa R. Graduada do curso Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. E-mail: heloisaribeiro@ufms.br.

² SILVA, Ligiane A. Professora do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação de Professores (GforP). E-mail: ligiane.silva@ufms.br.



V SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISAS E PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO

o espaço escolar - que também é meio social - e as práticas que acabam por reprimir ou suprimir as individualidades dos sujeitos, comprometendo a aprendizagem e o amplo desenvolvimento das crianças.

Como objetivos específicos, indicamos compreender um dos possíveis conceitos de alteridade, levando em consideração os textos produzidos por Pavei (2005) e Praxedes (2009), no intuito de refletir sobre as relações entre cultura, diferença e diversidade na escola, bem como sobre a percepção da criança como um ser que não sabe, não pode e não deve, comumente tratada como incapacitada pelo fato de ser criança. Ademais, buscamos elucidar as funções atribuídas à escola no contexto atual a partir das contribuições de Valsi (2009).

Apesar de a atual concepção teórica humanizadora estar presente no discurso dos profissionais da educação e difundido nas instituições de ensino, as práticas que efetivamente valorizam a singularidade do indivíduo no espaço escolar ainda são escassas, identificando-se mais visibilidade aos movimentos normatizadores com tendências educativas niveladoras. Portanto, a justificativa para este estudo é refletir sobre tal contradição, na busca de possibilidades de melhorias para o espaço escolar e o trabalho docente. Pavei (2005) atesta, sobre o impasse acerca da diversidade, que “[...] ao invés de ser considerada como um campo fértil para a ampliação do conhecimento do meio, do outro e de si mesmo, é tida geralmente como algo prejudicial, potencialmente perigoso” (PAVEI, 2005, p. 92).

Assim, para o alcance do objetivo proposto, o trabalho foi estruturado em três tópicos, que compreendem: o conceito de alteridade, seguido do tópico que aborda a criança como um “não”, finalizado com considerações acerca da alteridade no espaço escolar. Como resultado, destacamos que a alteridade, além de contribuir para a aprendizagem e o desenvolvimento da criança no espaço escolar, em todos os seus aspectos (cognitivo, físico, afetivo, social, emocional), se faz necessária para a construção de um espaço cultural que acolha a diversidade como premissa para o crescimento de todos os sujeitos que convivem e constroem a escola em suas relações cotidianas, a partir da prática da tolerância e do acolhimento.

Um conceito de alteridade

Para que possamos dar início ao nosso estudo é importante dialogarmos com a palavra alteridade. Etimologicamente, vem do francês “Alterité”, enquanto no Dicionário (AURÉLIO, 2010), a palavra é definida como “Caráter ou estado do que é diferente, distinto, que é outro.” Portanto, como se pode verificar, ela agrega dois termos fundamentais para se pensar o contexto escolar e o processo de ensino-aprendizagem, a saber: diferença e diversidade.



**V SEMINÁRIO
NACIONAL DE
PESQUISAS E
PRÁTICAS NA
EDUCAÇÃO**

Neste trabalho, traremos o conceito formulado por Pavei (2005), que a define como um exercício constante de tolerância, sem submissão ou mera demonstração de generosidade, mas enquanto uma prática contínua de respeito ao outro, tanto à sua cultura quanto aos seus direitos, passível de ser experimentada em todo o percurso de nossa trajetória de vida, na qual experienciamos vivências de aprendizagem nos mais variados espaços.

Não há no exercício da alteridade um senso de benevolência, pois o primeiro passo para exercê-la é afastar-se das verdades que tomamos como irrefutáveis. Assim, poderemos compreender melhor que, ao nosso redor, existem outras vivências que deixamos de perceber pelos limites que impomos, pelo estranhamento que uma cultura distinta da nossa costuma nos causar. Quanto ao conceito de cultura, destaca Pavei (2005, p. 89): “[...] é algo que envolve todos os seres humanos, uma vez que cada um de nós cria e recria o seu meio e ao mesmo tempo é “re”criado por ele, num movimento que se dá dialética e constantemente” (PAVEI, 2005, p. 89).

A partir disso, podemos considerar a cultura como algo constantemente construído por cada indivíduo no contato constante com seu grupo, independente de faixa etária, situação financeira, etnia ou escolaridade. Sendo assim, compreender o adjetivo culto como uma qualidade de uma camada social demarcada, que tem acesso a locais como museus, bibliotecas e outros espaços de difusão do conhecimento conhecido como erudito não é despropositado. Conforme Pavei (2005, p. 88), “o conhecimento enfático em artes e ciências acessível a apenas um público delimita a cultura como existente a partir do conhecimento formalizado e refinado, proveniente da educação oferecida à elite”.

Todos os indivíduos pertencem a um grupo, denominado como família, têm suas próprias práticas culturais, interligadas ao espaço geográfico, campo político, rituais religiosos. Assim, para nos distanciarmos das verdades absolutas que tomamos como nossas durante a vida, é preciso refletir acerca dos nossos próprios valores filtrados pelo grupo social ao qual nos ligamos, a fim de ampliarmos horizontes, para que nossa “diversidade subjetiva (de cada um)” não seja limitada, e nos aproxime das práticas da “diversidade cultural (inúmeras culturas)” (PAVEI, 2005, p.92). Por um processo de estranhamento ao que antes nos parecia inquestionável, podemos compreender que há diversas vivências produtoras de culturas que oferecem inúmeras possibilidades a uma mesma questão.



V SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISAS E PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO

Por meio de pesquisa qualitativa, realizada com base no referencial teórico já mencionado, é possível refletir acerca das nossas práticas cotidianas nas relações sociais estabelecidas no interior da escola, e nos apropriarmos de um conceito da alteridade que nos permita ampliar horizontes em relação à diversidade cultural. A partir da leitura dos textos selecionados, abre-se a possibilidade de relacionar o exercício de tolerância com nossa própria realidade e as relações que construímos. Ser mais tolerante e compreender que cada um de nós modifica a si mesmo e ao meio quando agrega novas “lentes” à sua vivência, ao reconhecer a capacidade de cada indivíduo de produzir cultura, em constante transformação da realidade que todos compartilhamos. Todos os envolvidos no exercício da alteridade são beneficiados, quando o interesse é o respeito e o crescimento mútuo.

Ao promover a reflexão desenvolvida neste tópico, utilizando a bibliografia escolhida, concebemos um primeiro aprofundamento: a alteridade conceitualizada e sua necessária presença nas relações sociais, com destaque ao universo escolar, como exercício de tolerância. A seguir, refletiremos sobre tal exercício com base em um dilema constantemente problematizado nos cursos de Pedagogia do Brasil: o re-conhecimento da criança um ser “in”capaz.

A criança como um “não”

Este tópico surgiu a partir de uma discussão, na qual buscamos analisar a figura da criança nos meios sociais, dentro e fora da escola, chegando ao consenso de que a criança, em nossa sociedade, é constantemente adjetivada como um “não”. Adiante, explicaremos mais claramente este entendimento, mas para contextualização devemos entender que os seres humanos são singulares. Para Pavei (2005), as pessoas se diferem umas das outras, o que produz uma diversidade subjetiva, ou seja, sua própria diversidade, que também é sequenciada pela subjetividade cultural que agrega inúmeras culturas. Do ponto de vista social, o indivíduo pode ser singular e plural, esse entendimento nos permite alcançar as crianças e compreender suas individualidades.

Pavei (2005) assevera que “Os seres humanos são constituídos por essa tensão que engendra as identidades sociais e individuais” (PAVEI, 2005, p. 92). Dessa maneira, podemos entender que, mesmo que tenhamos vínculos primários, como a espécie (*Homo Sapiens Sapiens*), temos características não só físicas como psicológicas, sociais e familiares. Com a criança não seria diferente, visto que existe dentro de uma cultura, o que permite que sua singularidade apareça já nesses primeiros momentos de vida, na sua interação com a natureza e com seus pares.



**V SEMINÁRIO
NACIONAL DE
PESQUISAS E
PRÁTICAS NA
EDUCAÇÃO**

Há mecanismos já herdados pela espécie, mas os cuidadores, já nesse momento inicial, podem perceber os primeiros vislumbres de uma personalidade. Importante registrar, inclusive, que as crianças nascem em um determinado recorte no tempo, em determinada localidade, na qual existem sujeitos já integrados à vida cotidiana. Para podermos compreender melhor essa organização, Pavei escreve: “Esses sujeitos são provenientes de diferentes grupos sociais, cujas situações e valores étnicos, religiosos, econômicos, políticos, de gênero e de orientação sexual, entre outros, refletem-se nos diferentes gostos, interesses, opiniões, posicionamentos e necessidades” (PAVEI, 2005, p. 86).

Ou seja, uma criança que nasce em determinada família, acaba por herdar a cultura cristalizada de seus familiares. Estabelecidas as concepções entre criança e primeiro contato com a cultura, e também com as subjetividades, podemos discorrer sobre a criança e a formação de sua identidade. De acordo com Praxedes (2005, p. 120):

A formação das identidades é um processo social que depende do contato e das características físicas, cognitivas, afetivas, sexuais, culturais e étnicas dos seres humanos envolvidos nas situações educativas. Assim, as diferenças expressam-se nos contatos entre identidades distintas umas das outras em circunstâncias sociais determinadas.

Como explicitado, a criança, ao entrar em contato com essas determinantes, inicia o seu processo de formulação de identidade, compreendendo, desde seus primeiros passos, quem é, do que gosta, de quem gosta, suas características físicas e como estas operam em conjunto com as pessoas ao redor. Podemos dizer que os primeiros passos da descoberta da identidade de uma criança podem ser marcantes para o restante de sua vida. A criança, uma vez que estabelece sua identidade, ou parte dela, dialoga com o mundo ao seu redor, vivenciando as primeiras rupturas em relação ao ambiente familiar.

Socialmente, a criança é constantemente tratada um ser que não pode se expressar por não estar devidamente pronto, por não ser completo por si só, necessitando fazer-se entender e tomar decisões a partir do outro, que é adulto. Desse ponto de vista, desde as roupas que veste no dia às refeições que irá fazer, a organização dos horários que compõem sua rotina, são todas decisões terceirizadas a seus responsáveis, às quais ela é submetida sem poder opinar, pois, ao fazê-lo, é geralmente repreendida ou desconsiderada. Têm-se, portanto, a definição de qual criança como um “não”, na medida em que não há reconhecimento social de que também produz cultura e é membro partícipe da sociedade.



**V SEMINÁRIO
NACIONAL DE
PESQUISAS E
PRÁTICAS NA
EDUCAÇÃO**

Praxedes (2009, p. 121) menciona que “Os seres humanos são diferentes porque expressam diferentes identidades, ou seja, formas diferenciadas de ser humanos, com necessidades e concepções diferentes sobre si mesmos e sobre quem são os outros”. A sociedade, ao amoldar as identidades das crianças de acordo com padrões, nem sempre o faz com base em uma educação pautada na valorização das individualidades em conjunto e no respeito às singularidades de quem se educa.

A criança, inserida na sociedade, enraizada em sua cultura, passa a produzir também cultura, seja em suas manifestações em contato com a sociedade ou no seio da própria família. Excluí-la deste movimento é negar sua própria existência. A criança como um “não” surge quando os adultos passam a diminuí-la em função de seu estado de infância.

Suas opiniões e anseios não são levados a sério; a criança não exerce sua autonomia, que lhe é negada; seus desafios são vencidos pelo adulto, que a conduz para um caminho de incapacidade; essa negação para com a criança está presente em momentos singelos, onde ela não participa das decisões familiares, ou quando é imposto a ela que deve simplesmente reprimir seus sentimentos quanto a algo; a não valorização de seus problemas é extremamente frustrante, uma vez que não se sente mais segura diante dos adultos. Ser colocada em uma posição de inferioridade ante uma hierarquia familiar a priva de desenvolver qualidades e de valorizar-se enquanto sujeito ativo e produtor. Quando as disfunções começam em casa a criança passa a externar essas problemáticas, emergindo para a escola, onde nem sempre está presente o esforço para superar a concepção da criança como um “não”.



**V SEMINÁRIO
NACIONAL DE
PESQUISAS E
PRÁTICAS NA
EDUCAÇÃO**

Alteridade no espaço escolar

A função social da escola é condicionada por interesses externos, sejam eles políticos, econômicos ou de outra natureza. Dito isso, todo planejamento é produzido para a recepção de crianças neste espaço de convívio, esperando-se alcançar determinado objetivo, desde a disposição das carteiras na sala de aula, até os espaços externos, como cantinas, pátios e bibliotecas.

É comum que os alunos apenas frequentem esses espaços de convivência externos durante o intervalo, que é um tempo livre, geralmente de alguns minutos, utilizado para se alimentar e ir ao banheiro. Sendo assim, poucos se envolvem na busca pela leitura por prazer, socializações entre grupos demoradas e projetos extracurriculares. Durante os estudos, a sala de aula é o espaço mais utilizado pelos professores, onde explicam conteúdos e aplicam atividades de acordo com um planejamento escrito e definido pelo professor e revisado e aprovado pela coordenação pedagógica, sem interferência da turma. É esperado dos alunos que se comprometam e se envolvam nesse processo de ensino-aprendizagem, e evitem conversas paralelas, frequentemente repreendidas pelos professores, pois consideram que tais comportamentos atrapalham a aula.

É determinado um modelo de comportamento esperado de todos os alunos que geralmente envolve alto desempenho em avaliações, falar apenas quando lhe é solicitado, ser pontual, pedir permissão para sair da sala de aula, manter o ambiente limpo e organizado e não se desentender com os colegas, realizar todas as tarefas, não responder ao professor.



**V SEMINÁRIO
NACIONAL DE
PESQUISAS E
PRÁTICAS NA
EDUCAÇÃO**

Essa padronização não alcança uma faixa etária específica e não termina na escola.
Vejam os adiante:

Na atualidade, o tempo voltado à “vida escolar”, que é idealizado e praticado em muitas sociedades, compreende um longo período da vida das pessoas, indo desde a infância até a vida adulta, com diferentes nomeações e tempos de envolvimento. Nesse sentido, a escola tornou-se um importante agente socializador, cujo espaço físico e social é limitado, compartilhado e disputado pelas diferenças (PAVEI, 2005, p. 86).

Desde a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, até sua etapa final, no ensino médio, há práticas educativas nas quais predomina a busca incessante pelo aluno ideal que domine com excelência o conteúdo curricular do ano letivo que está cursando. Enquanto há, na Educação Infantil, uma persistente tentativa de manter as crianças em silêncio e sentadas, na alfabetização exige-se que decorem o alfabeto e aprendam a escrever o quanto antes e, no Ensino Médio, que estejam preparados para ingressar na Educação Superior. É possível notar que o foco do processo de ensino-aprendizagem tem sido preparar o aluno para o futuro, gerando movimentos ansiosos por parte das famílias, educadores e dos próprios alunos, mas por que há tanta pressa? Explicitamos, apoiadas em Valsi (2009, p. 94) que

[...] a escola não está sozinha na tarefa de educar, ela compartilha a tarefa de socialização do saber com várias outras instâncias comunicativas, empresariais e principalmente com a mídia. Muitos serviços institucionais são prestados por instituições capacitadoras cujos objetivos mais específicos são os adestramentos e reciclagem para o mercado de trabalho.

Podemos notar que uma das justificativas é que este indivíduo, que esteve inserido por mais de uma década no espaço escolar, será direcionado ao mercado de trabalho, nem sempre sob condições suficientes para a garantia de uma sobrevivência digna e com sentido. Além de facilitar o “controle” dos alunos em sala, a tentativa de forjar alunos exemplares tem relação com a tentativa de formação de subordinados para o mundo do trabalho.

Sabemos que a escola reproduz historicamente a divisão social do trabalho, porém, há uma resistência por parte de certos profissionais da educação que assumem a responsabilidade de ir além, buscando garantir a qualidade do processo de ensino-aprendizagem para desenvolvimento do senso crítico e a utilização do conhecimento para a melhoria das condições de vida da população marginalizada, com vistas ao combate das desigualdades e transformação social. Como pontua Valsi (2009, p. 92),



**V SEMINÁRIO
NACIONAL DE
PESQUISAS E
PRÁTICAS NA
EDUCAÇÃO**

Entendemos que a escola precisa estar em consonância com as necessidades do mercado, mas não deve existir somente para atendê-lo, pois desta forma estaria reduzindo sua função, a qual também deveria ser de formar um cidadão crítico, pensante e apto a lidar com todas as situações que possam surgir na vida.

Assim, o exercício da alteridade pode ser desenvolvido, primeiramente, posicionando-nos como tolerantes e refletindo sobre as próprias práticas. Caso tomemos como verdade que a padronização é a única forma possível de se trabalhar, um horizonte de possibilidades é desconsiderado.

O contato com a família dos alunos de cada turma é essencial para compreender a realidade do indivíduo que frequenta o espaço escolar, familiarizar-se com as especificidades de cada um, sem generalizar a turma ou construir expectativas não condizentes com a realidade da comunidade à qual o estudante se vincula.

É relevante salientar que o professor exerce papel de referência aos estudantes e, portanto, irá influenciar as atitudes dos alunos. Sendo assim, diante do exercício de tolerância pelo professor, os alunos já serão beneficiados e aproximados desta prática.

Ademais, considerando-se as questões pedagógicas, a diversidade se apresenta como ferramenta essencial. O planejamento pode e deve ser ampliado para diversificar espaços de aprendizagem, com aulas que envolvam os alunos desde o planejamento, questionando-os e acolhendo suas ideias. Se a tolerância precisa ser exercitada, é necessário que as crianças trabalhem em grupo, participem ativamente e sintam que são acolhidas em sua individualidade, qualificadas e reconhecidas como únicas. Neste sentido, Praxedes (2009) contribui para a reflexão, destacando: “Para tanto, todos devem ter o direito de falar, opinar e participar nos processos decisórios. É participando que se aprende a participar. Uma escola pretensamente “perfeita”, na qual ninguém precisa dar nenhuma opinião, é um desastre educativo (PRAXEDES, 2009, p. 123).

Dessa forma, acreditamos que a cultura-metamorfose tomará o espaço da falácia de que um grupo seletivo de pessoas que detêm a cultura, por acessar certo conhecimento restrito, e compreender que a partir da tolerância e respeito mútuo é possível construir um ambiente de alteridade com potencial de qualificar a escola e a vida das pessoas que a frequentam, nas mais diferentes instâncias.



V SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISAS E PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO

Metodologia

O trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, utilizando-se capítulos de livros de diferentes autorias, com vistas a discutir o conceito de alteridade e outros igualmente relevantes para a investigação, tais como: diversidade, cultura, socialização e tolerância.

Como destaca Severino (2013, p. 95),

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes de temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

Assim, a partir de estudos desenvolvidos por Pavei (2005) e Praxedes (2009), foram problematizadas as relações entre cultura, diferença e diversidade na escola, bem como a concepção de criança como um ser que não sabe, não pode e não deve, comumente tratada como incapacitada e necessariamente subordinada ao adulto, até mesmo para ações nas quais poderia atuar com autonomia e independência. Ademais, buscamos elucidar as funções atribuídas à escola no contexto atual a partir das contribuições de Valsi (2009).

Cabe destacar que o referencial teórico elencado aponta para uma concepção de criança condizente com os pressupostos defendidos neste texto (criança como ser social, sujeito de direitos e partícipe ativa na construção da realidade), a partir de estudos relacionados à Sociologia da Infância, com análises fundamentadas na realidade escolar contemporânea.

Resultados

O estudo nos permitiu reconhecer que a alteridade não é apenas vantajosa, mas necessária para garantir a qualidade do ensino e evitar que os indivíduos tenham uma trajetória escolar voltada exclusivamente para a mercantilização. A partir do exercício de tolerância e estranhamento às crenças com as quais somos familiarizados, podemos reconhecer o outro como produtor de cultura e construtor de história, o que é de grande relevância para todos os sujeitos que participam da vida escolar e disseminam socialmente o que nela aprendem e experienciam.



**V SEMINÁRIO
NACIONAL DE
PESQUISAS E
PRÁTICAS NA
EDUCAÇÃO**

Considerações Finais

Desenvolvemos este artigo tendo em vista uma reflexão acerca do exercício da alteridade no espaço escolar e como ela pode contribuir positivamente para o desenvolvimento de prática pedagógica qualificada e qualitativa. Esta pesquisa foi realizada por meio de bibliografia que colabora com o eixo temático pesquisado, com capítulos de livros que abordam, em geral, sociologia da educação e introdução à antropologia.

A partir das leituras, refletimos e percebemos que a alteridade é uma condição para o trabalho do(a) pedagogo(a) e para todas as pessoas envolvidas com o universo escolar. Sua prática, realizada pela equipe pedagógica da escola, pode exercer uma



V SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISAS E PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO

influência positiva nos estudantes, que terão como referência os profissionais com os quais convivem cotidianamente e que os orientam e ensinam sobre as mais diversas questões e conteúdos. A participação da turma na organização do planejamento também pode ser uma estratégia de reconhecimento da diversidade, além de desenvolver no aluno o senso crítico e a tomada de posicionamento.

A concepção de cultura, conforme Pavei (2005, p. 89), como construção social não concluída e produzida por todos, também colabora para a discussão da alteridade no espaço escolar, por considerar como falácia que a camada social intelectualizada detém a cultura. Todos os sujeitos que constroem a escola, a despeito de sua formação acadêmica, são seres em constante construção e passíveis de equívocos, portanto, não há uma razão para o não estabelecimento de relações horizontalizadas na escola, e isto não impede que cada um(a) assuma seu papel e cumpra com suas responsabilidades.

Por fim, o aporte teórico utilizado para o desenvolvimento do trabalho nos permitiu evidenciar a necessidade de iniciativas oficiais para a formação docente que contemplem a dimensão coletiva do ato educativo, com respaldo em teorias educacionais e pedagogias humanizadoras. Além disso, há que se formar professores e professoras, nos cursos de licenciaturas, com respaldo em conceitos científicos que amparem sua práxis e os preparem para os desafios de uma realidade escolar cada vez mais plural.

Nessa perspectiva, esperamos que a produção deste trabalho possa contribuir para estudos futuros que tenham interesse em promover na escola um movimento emancipador, que a neguem como apenas preparatória para empregabilidade e a reconheçam como espaço para seres produtores de cultura, capazes de modificar e serem modificados e de contribuir para a edificação de uma sociedade mais inclusiva, humana e humanizadora.

Referências

- PAVEI, K. Aprender com a diferença: a construção dos olhares sobre nós e sobre os outros. In: ASSIS, Valeria Soares de (Org.). **Introdução à antropologia**. Maringá: EDUEM, 2005. p. 85-108.
- PRAXEDES, W. L. A. A questão da educação para a diversidade sócio-cultural e o etnocentrismo. In: ASSIS, Valeria Soares de (Org.). **Introdução à antropologia**. Maringá: EDUEM, 2005. p. 109--123.
- SEVERINO, A. J. S. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- VALSI, M. E. F. As funções sociais da escola na atualidade. In: FALCO, Aparecida M. Calegari (Org.). **Sociologia da Educação**: Olhares para a escola de hoje. 2. ed. Maringá: Eduem 2009. p. 91–98.